



*«(...) aquilo que os gregos chamam alêtheia,
a desocultação, o descobrimento.
Aquele olhar que às vezes está pintado
à proa dos barcos.»*

Sophia de Mello Breyner Andresen

AMBIENTALISMO

uma visão de mercado

Coordenação de Pedro Almeida Jorge
Prefácio de Carlos Guimarães Pinto

Versão em inglês editada por Kai Weiss
e Christopher Barnard



Copyright ©2020 Christopher Barnard e Kai Weiss, Foundation for Economic Education, Institute of Economic Affairs, Instituto Mais Liberdade e Alêtheia Editores
• Todos os direitos reservados para publicação em Portugal por Instituto Mais Liberdade e Alêtheia Editores • Zona Industrial da Ponte Seca, 2510-752 Gaeiras – Óbidos • Tel.: (+351) 21 093 97 48/49 • E-mail: aletheia@aletheia.pt • www.aletheia.pt • Capa e paginação: Marta Nunes • ISBN: 978-989-9077-35-5 • Depósito Legal:
• Janeiro 2021

*Em memória de Elinor Ostrom (1933-2012)
e Steven Horwitz (1964-2021),
Pelos seus contributos para uma visão ambientalista
teoricamente sólida, realista e assente na Liberdade.*

Nota editorial

A presente obra baseia-se fundamentalmente na tradução do livro *Green Market Revolution: How Market Environmentalism Can Protect Nature and Save the World*, coordenado por Christopher Barnard e Kai Weiss, e publicado em 2020 pelo Austrian Economics Center e pela British Conservation Alliance.¹

Para a presente tradução, foram escolhidos os capítulos que considerámos mais relevantes para o público português, tendo sido feitas ligeiras adaptações também com isso em mente. Por outro lado, para complementar a presente edição portuguesa, foram adicionalmente incluídos os 3 seguintes textos:

“Why Environmentalists Need to Understand Economics”, de Steven Horwitz, originalmente publicado em 2017 pela Foundation for Economic Education (FEE) e incluído na compilação *FEE’s Essential Guide to Protecting the Environment* (2018).²

“Livre mercado e meio ambiente: Uma resposta local para um problema complexo”, de João Pinheiro da Silva,

aqui numa nova versão revista, após vencer o concurso de ensaios “Economia de Mercado e Ambiente”, promovido pelo Instituto Mais Liberdade na primavera de 2021³, e ser originalmente publicado no jornal ECO.⁴

“The Future of the Commons: Beyond Market Failure and Government Regulation”, palestra de Elinor Ostrom em memória de F.A. Hayek, no âmbito de uma cerimónia realizada pelo Institute of Economic Affairs (IEA) em 29 de Março de 2012. Foi incluída na obra *The Future of the Commons: Beyond Market Failure and Government Regulation*, publicada pelo referido instituto no mesmo ano, com contribuições de Christina Chang, Mark Pennington e Vlad Tarko.⁵

Agradecemos às entidades acima referidas a gentil permissão para traduzir e republicar os respetivos artigos.

Agradecemos também aos seguintes voluntários pelo seu esforço de tradução: Afonso Urbano, Alexandra Mendes, Ana Cunha Coutinho, Diogo Barreira, Francisco Silva, Gabriel Candal, Hélder Álvares, João Ferreira, Jorge, Miguel e Diogo Santiago, Manuel Bual, Manuel Martins, Miguel Amorim, Natacha Santos, Pedro Carrilho, Rita Vilas-Boas, Sofia Batista e Sofia Florentino. A coordenação e revisão geral das traduções esteve a cargo de Pedro Almeida Jorge.

Notas

1. A publicação original está disponível gratuitamente em: <https://www.greenmarketrevolution.eco/>

2. A compilação encontra-se disponível gratuitamente em: <https://fee.org/resources/fee-s-essential-guide-to-protecting-the-environment/>

3. O prospeto do concurso de ensaios pode ser consultado em: <https://maisliberdade.pt/noticias/concurso-de-ensaios-economia-de-mercado-e-ambiente/>

4. O ensaio original encontra-se disponível em: <https://eco.sapo.pt/especiais/livre-mercado-e-meio-ambiente-uma-resposta-local-para-um-problema-complexo/>

5. A obra mencionada pode ser consultada gratuitamente em: <https://iea.org.uk/publications/research/the-future-of-the-commons-beyond-market-failure-and-government-regulation>. Está também disponível a gravação vídeo da palestra: <https://www.youtube.com/watch?v=xta1vPkSjk4>

CAPÍTULO I

Introdução

Porque Devem os Ambientalistas Perceber de Economia

Steven Horwitz

Um dos temas mais complicados para os defensores da iniciativa privada é o dos desafios ambientais, especialmente os de grande escala, como as alterações climáticas. O que torna os argumentos mais sofisticados dos ambientalistas tão desafiantes e tão interessantes é que recorrem, muitas das vezes, a ideias e termos que são frequentemente utilizados para descrever sistemas económicos.

Por exemplo, tanto os sistemas naturais como os sociais são evolutivos. A natureza, tal como a sociedade, é uma ordem emergente (ou, como diria Hayek, “espontânea”). Eu mesmo já descrevi os mercados como “ecossistemas epistemológicos”. E tanto “ecologia” como “economia” partilham o mesmo prefixo.

Mais interessante ainda é que os ambientalistas usam frequentemente palavras como “recursos”, “escassez” e “eficiência”, algo que também ouvimos nas discussões sobre os mercados e sobre a economia em geral.

Perante tais semelhanças, tanto os defensores do mercado livre como as pessoas preocupadas com a interferência humana no mundo natural deviam ouvir, com mais frequência e atenção, o que a outra parte tem para dizer. Ainda há pouco tempo tive a oportunidade de participar numa conversa deste género, o que me levou a refletir sobre algumas das razões para a nossa dificuldade em passar a nossa mensagem, e sobre como é que a economia pode contribuir para a forma como os ambientalistas costumam olhar para estas questões. Seguem-se, portanto, algumas considerações a esse respeito.

Economistas e ambientalistas

Uma das minhas ideias é que os defensores dos mercados deviam recorrer mais a analogias de ecossistemas naturais quando falam com ambientalistas. Os mercados funcionam de forma muito semelhante à evolução darwiniana, pelo menos em analogia. Empreendedorismo e inovação são os equivalentes económicos das “mutações”, e os lucros e prejuízos são os equivalentes económicos da “seleção natural”.

Tal como o processo biológico leva a que as espécies se adaptem aos seus ambientes à medida que as mutações favoráveis à sobrevivência são transmitidas às gerações futuras, também os processos económicos

levam a que os seres humanos “se adaptem melhor ao seu ambiente social”, através da reorganização do mundo físico em disposições que geram mais valor.

Os ambientalistas reconhecem a forma como, mesmo na ausência de um “arquiteto”, este tipo de sistemas adaptativos e complexos gera ordem no mundo natural, pelo que uma chamada de atenção para como a mesma descrição se aplica aos mercados pode ser uma forma de gerar conversas mais interessantes e produtivas, para além de uma maior estima pelos mercados.

Tal como os economistas, os ambientalistas preocupam-se com os recursos escassos e com a eficiência. O que muitas vezes nos separa é a forma como entendemos esses termos. Por exemplo, os ambientalistas tendem a pensar em recursos como referindo-se a objetos físicos que são produtos da natureza, como no caso dos “recursos naturais”. Por vezes, descaram o capital – que é um recurso criado pelo homem – bem como a combinação da natureza com a humanidade, que é o recurso a que chamamos “mão-de-obra” ou “trabalho”.

Como exemplo desta confusão, considerem o argumento com o qual fui recentemente confrontado: que as formas verdes de energia, como a energia solar, são desejáveis por utilizarem menos recursos naturais escassos e por criarem milhões de empregos.

A minha resposta, enquanto economista, é aplaudir qualquer forma de produção que utilize menos recursos naturais, assumindo que tudo o resto se mantém constante. Se eu conseguir produzir a mesma

quantidade de energia utilizando menos carvão e a mesma quantidade dos outros recursos, isso é bom. Porém, atentem no resto da afirmação: a energia verde também requer mais quantidade de um outro recurso escasso, a mão-de-obra humana. É isso que significa “criar empregos” neste contexto. Em geral, os factos indicam que a energia verde requer muito mais mão-de-obra do que os combustíveis fósseis ou outras formas de energia baseadas em carbono.⁶

Os ambientalistas estão certos ao compreenderem que é bom utilizar menos quantidade de um recurso natural escasso, mas parecem esquecer-se dessa ideia quando se trata de mão-de-obra humana.

Será que compensa?

A gestão e manutenção dos recursos escassos implica ter em conta quanto trabalho será necessário para produzir uma determinada quantidade de energia. Tal como utilizar mais recursos naturais do que o necessário significa prescindir das outras coisas que esses mesmos recursos nos poderiam dar, a criação de empregos que podem ser desnecessários para produzir a energia de que precisamos também significa que estamos a abdicar de outras coisas que poderíamos ter obtido.

Parte desta confusão provém de haver diferentes significados para o termo “eficiência”. Os ambientalistas estão normalmente preocupados com a “eficiência energética” ou “eficiência de recursos”.

Um exemplo aqui poderia ser a autonomia dos carros, que são considerados mais eficientes se consumirem menos combustível por quilómetro.

Para um economista, porém, a eficiência relevante é a “eficiência económica”, ou a pergunta “será que compensa?”

Atualmente, dispomos da tecnologia necessária para criar carros muito mais eficientes em termos de combustível. Todavia, se não for possível que sejam construídos por menos de, por exemplo, 100 000 dólares, a maioria das pessoas dirá que não lhes compensa. Esses carros podem ser mais eficientes tecnologicamente, mas são menos eficientes do ponto de vista económico.

Dito de outra forma: ao fabricarmos esses carros, estaríamos a utilizar recursos valiosos na produção de algo que pensamos ser menos valioso do que as alternativas que esses recursos poderiam produzir.

Compreender a escassez

É também neste ponto que entra em jogo a palavra “escassez”. Os ambientalistas parecem tratar “escassez” como sinónimo de “raridade”, ou seja, uma coisa é escassa se existir em número reduzido. Porém, para os economistas, a escassez não é somente uma questão de stock físico, mas sim uma relação entre o stock físico e o desejo humano pelo bem em causa.

Por exemplo, que eu saiba, só existe no mundo uma bola de basebol autografada pelo Steve Horwitz.

Por outro lado, há muitas bolas de baseball autografadas pelo Derek Jeter. Porém, apesar de existirem em maior número, as bolas de baseball autografadas pelo Jeter são muito mais escassas (o que se reflete no seu valor muito mais elevado), pois ninguém quer uma bola autografada pelo Horwitz, mas muita gente quer uma bola autografada pelo Jeter.

O que os mercados nos permitem fazer é dispor de um indicador dessa escassez – os preços. O facto de as pessoas estarem dispostas a pagar muito mais pela bola autografada pelo Jeter do que pela bola autografada pelo Horwitz diz-nos que a bola do Jeter é mais escassa e mais valiosa. Os preços fornecem conhecimento e incentivos sobre a escassez dos bens, incluindo dos recursos naturais, e tornam possível que utilizemos esses bens apenas para aquelas coisas cujo valor para as pessoas é suficientemente elevado para justificar essa utilização.

Os mercados permitem-nos fazer essas comparações de valor, levando-nos a considerar não só a eficiência tecnológica, mas também a eficiência económica. Ou seja, os mercados forçam-nos a pensar no custo das coisas.

Em certa medida, os ambientalistas mais sofisticados compreendem isto – e é por isso que as melhores propostas para lidar com as alterações climáticas são aquelas que tentam, de algum modo, incluir o sistema de preços nos seus planos.

As sanções governamentais não vão resolver o problema

Os impostos e as taxas sobre o carbono, por exemplo, tentam incluir as externalidades da energia baseada em carbono nas decisões tomadas pelos seus produtores. Estas propostas costumam, de seguida, tentar devolver aos consumidores as receitas cobradas, de modo a ajudá-los a suportar os preços de energia mais altos causados pelo imposto.

Tais propostas são melhores do que a antiga abordagem regulatória de “comando e controlo”, mas sofrem de dois problemas que os economistas estão especialmente bem posicionados para assinalar.

Primeiro, encontrar o imposto/taxa/preço certos não é uma coisa simples. Sabemos que os preços de mercado são o resultado emergente daquilo a que Mises chamou de “regateio do mercado”. Mises notou também que as alterações que observamos nos preços são a terminação visível de uma sequência de causalidade que se inicia na própria mente humana. O que faz os preços de mercado funcionarem é o facto de eles serem o resultado dos processos de tomada de decisão das pessoas envolvidas nesses mercados, que arriscam os seus próprios recursos e empregam os seus próprios conhecimentos.

Os preços ou taxas fixadas burocraticamente não têm a mesma capacidade de incentivar comportamentos criteriosos e jamais conseguirão captar

tanto conhecimento como os verdadeiros preços de mercado. Assim sendo, as disputas políticas a respeito desses impostos e taxas serão inevitáveis, e com elas esvair-se-á qualquer aparência de racionalidade económica.

Isso leva-nos ao segundo ponto que os economistas poderão fazer notar aos ambientalistas: as falhas de mercado não são uma condição suficiente para a intervenção governamental. As propostas de impostos sobre o carbono, à semelhança de qualquer outra política, podem ficar bem no papel, mas devemos sempre questionar-nos se os políticos podem e vão fazer aquilo que os que propuseram essas políticas deixaram estabelecido.

Por exemplo, suponhamos que um imposto sobre o carbono arrecada milhares de milhões em receitas, que supostamente seriam colocadas de parte para redistribuir pelas famílias americanas. Dada a história da Segurança Social, devemos mesmo esperar que os políticos não tentem utilizar essas receitas para satisfazer poderosos interesses particulares ou para outros fins com os quais ganhem mais votos do que com um cheque para as famílias?

Os economistas podem recordar aos ambientalistas que, por mais confuso que o mercado seja (tal como a natureza o é), a intervenção governamental é muitas vezes ainda pior. Assim sendo, é necessário comparar a realidade de dois processos imperfeitos, o que significa que o facto de os mercados não serem perfeitos não constitui, por si só, uma justificação para a intervenção governamental.

Diz-se que as coisas mais interessantes acontecem nos pontos de contacto entre duas culturas. Tal é o caso dos pontos de contacto entre as ordens espontâneas dos mercados e dos ecossistemas.

Embora me tenha focado no que os ambientalistas podem aprender com os economistas, a aprendizagem ocorre nos dois sentidos. Descobrir como “separar as águas” quando duas ordens emergentes interagem – da forma como a natureza e as economias o fazem – exige uma reflexão cuidadosa e um diálogo paciente. Espero que ambos os grupos estejam à altura do desafio.

Nota

6. Perry, Mark J. (2017). “Inconvenient energy fact: It takes 79 solar workers to produce same amount of electric power as one coal worker”. <https://www.aei.org/carpe-diem/inconvenient-energy-fact-it-takes-79-solar-workers-to-produce-same-amount-of-electric-power-as-one-coal-worker/>